

Expansão Escolar e Mercado de Trabalho¹.

Elcia Esnarriaga de Arruda²
Camila Moreira Almeida³

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a Expansão Escolar. A década de 90, de forma especial, foi privilegiada com esforços e financiamentos- público e privado- dedicados ao movimento de Educação para Todos, que teve como pilar de sustentação o discurso da qualificação e garantia de emprego. Neste trabalho apresenta-se os dados de expansão escolar em MS, busca-se entender as raízes desse movimento, identificando as bandeiras em prol da Expansão escolar na década de 90 com a “re-edição” da Teoria do Capital Humano e pretende-se verificar se a escolarização é realmente um dispositivo de inserção no mercado de trabalho. Apresenta-se também autores que, de forma radical, interpretam a ampliação do atendimento escolar como uma necessidade histórica determinada pela forma que o capitalismo assume nos monopólios.

Palavras-chave Expansão Escolar, Qualificação Profissional, Emprego.

ABSTRACT

The subject of this study is the expansion of schooling. The 1990s were specially privileged with efforts and finances - public and private- allocated to the Education for Everyone movement, which had for its foundation the discourse on qualification and the guarantee of employment. In this study we present data on the expansion of schooling in the Brazilian state of Mato Grosso do Sul, in an attempt to understand this movement, identifying the banners in favor of the expansion of schooling in the 1990s as a re-edition of the Theory of Human Capital and it intended to verify if schooling is really a item to insert people in the world of work. Authors who in a radical form interpret the increase of schooling as a historic necessity determined by the specific form that capitalism assumes under monopolies are also presented.

Key words

Expansion of schooling, Qualification, Employment.

I- Apresentação

Esse artigo tem como objeto de estudo a expansão escolar. Faz-se análise da oferta de matrículas no Estado de Mato Grosso do Sul durante a década de 90. A partir dos dados discute-se a tese, amplamente defendida, de que a escolarização/qualificação seja um pré-requisito indispensável para a inserção no mercado de trabalho, tal como sugerem as Conferências Internacionais de Educação e consta na LDB no Título II, artigo 2º.

*"Dos Princípios e Fins da Educação Nacional
Art. 2º. A educação, é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (grifo das autoras)*

Os objetivos específicos resumem-se em verificar a tendência das matrículas nas redes pública e privada de ensino, identificando a performance da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Superior na década de 90, observando a atuação dos níveis de ensino Federal, Estadual, Municipal e Particular.

Os dados foram coletados em fontes responsáveis por realizar censo populacional e educacional como IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SEED

¹ As autoras agradecem o apoio da Fundação Cândido Rondon – www.fcr.org.br - por ter criado condições para divulgação dessa pesquisa.

² Professora do Departamento de Ciências Humanas e Sociais e do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

³ Aluna Especial de Políticas Públicas do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

(Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) e MEC (Ministério da Educação e Cultura) além de instituições de ensino superior de MS. Os dados coletados nessas instituições referem-se a número de matrículas da educação formal nas redes e nos níveis de ensino selecionados. Esses dados serão disponibilizados em tabelas de forma a facilitar sua visualização e também sua análise.

A análise dos dados levará em conta, por um lado, a interlocução realizada com autores que defendem a Teoria do Capital Humano e prescrevem a qualificação como forma de assegurar que pessoas qualificadas estejam sempre empregadas, assim sendo um meio eficaz de garantir produtividade e renda para os indivíduos. De acordo com essa teoria as nações devem, portanto, aumentar o número de matrículas de forma a garantir que toda a sua população estude, se qualifique e possa trabalhar sem a preocupação do desemprego o que também é a proposta das Conferências Internacionais.

Por outro lado serão apresentadas outras interpretações que defendem diferentes hipóteses explicativas no sentido de compreender a expansão escolar. Essas interpretações apontam o equívoco que sustenta a Teoria do Capital Humano quando a mesma trata a educação formal como uma forma de garantir ocupação. O leitor poderá perguntar: Discutir Teoria do Capital Humano? Pois bem, os dados apontam que ela tem-se (re)apresentado, nas mesmas bases, como pilar de sustentação das teses que defendem a necessidade de qualificação.

II- A Expansão Escolar e as Conferências Internacionais.

As Conferências Internacionais foram realizadas na década de noventa e visaram apresentar estratégias e propostas para promover a expansão da educação nos países conferencistas. A primeira conferência realizada foi da Jomtien⁴ na Tailândia em 1990, depois a de Nova Delhi⁵ realizada em 1993, a de Dakar⁶ no Senegal em 2000 e a de Pernambuco⁷ realizada também em 2000.

O objetivo declarado das conferências foi discutir a necessidade de expansão do ensino e a sua operacionalização, apresentar estratégias que possibilitassem capacitação dos indivíduos através de treinamentos e uso da tecnologia. Segundo os promotores das conferências, a promoção da qualificação profissional dos trabalhadores para que possam estar aptos a serem incorporados no setor produtivo é a meta principal. Na conferência de Nova Delhi a educação foi apresentada como um instrumento de promoção de capital humano:

“ Reconhecemos que:... 2.2 – a educação é o instrumento preeminente de promoção dos valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito pela diversidade cultural”.

Na conferência de Dakar uma das propostas visou integrar formação voltada à cidadania para

“ assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidos pelo acesso equitativo à aprendizagem à habilidades para a vida e a

⁴ Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia. 5 a 9 de março de 1990.

⁵ Declaração de Nova Delhi. Nova Delhi. 16 de dezembro de 1993.

⁶ Conferência de Dakar. Dakar - Senegal. 26 a 28 de abril de 2000.

⁷ Declaração de Recife dos Países do EFA-9. Recife, Pernambuco - Brasil. 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 2000.

programas de formação para cidadania e alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015”.

Para alcançar esses objetivos, os países se comprometeram a articular organismos nacional e internacionalmente em prol da educação para todos, promovendo políticas de educação dentro do marco setorial e sustentável que pudessem assegurar o engajamento e a participação da sociedade civil no desenvolvimento de estratégias que possibilitassem a expansão escolar; desenvolvendo sistemas de administração e gestão educacional; implementando estratégias integradas para promover a "eqüidade" na educação, ou seja, diminuir as disparidades entre regiões.

De acordo com as conferências a educação visando a qualificação dos trabalhadores poderia favorecer o desenvolvimento social e econômico dos países pobres, pois garantiria trabalhadores qualificados. Na conferência de Jomtien é observado que

“ As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas.... Outras necessidades podem ser satisfeitas mediante a capacitação técnica, a aprendizagem de ofícios e os programas de educação formal e não-formal em matérias de saúde, nutrição, população, técnicas agrícolas, meio ambiente, ciência, tecnologia, vida familiar – incluindo-se aí a questão da natalidade – e outros problemas sociais.”

Uma das estratégias verificada nas conferências é a implementação de modalidades de ensino para integrar a educação ao trabalho. Isso também pode ser identificado na citação acima da conferência de Jomtien e também na nova LDB/96, Título I (Da Educação), inciso 2º em que observa-se os princípios aos quais o ensino deverá ser ministrado:

“§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Essa vinculação da escolaridade ao trabalho é hoje uma das maiores exigências dos Governos em relação às instituições escolares. Na Conferência de Jomtien, por exemplo, um dos objetivos era universalizar as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de desenvolvimento por meio da estratégia de oferecer...

“ao trabalhador oportunidades educacionais no próprio local de trabalho, ou próximo a ele, de preferência antes da jornada de trabalho.”

Algumas estratégias têm como premissa a criação de ambientes seguros, saudáveis, inclusivos e eqüitativamente sociáveis, que conduzam à excelência na aprendizagem. A Declaração de Recife apresenta essa estratégia como um desafio:

*“ O principal desafio é a promoção do desenvolvimento econômico e social com equidade através da educação de qualidade para todos. Além de todas as organizações formais pela educação básica, devemos procurar engajar a sociedade em um contexto mais amplo de criatividade e comprometimento. **Destacamos que a Educação é para excelência e excelência é para todos**”.*(grifo das autoras)

O ensinamento de atitudes, valores e educação cívica têm, também, sido proposta das conferências. Ou seja, é preciso assegurar que o indivíduo adote uma postura solidária e comprometida. Todas essas propostas e estratégias expressas nos documentos podem ser compreendidas à luz da teoria do capital humano que afirma:

*“ Os investimentos nos assuntos escolares, no treinamento realizado no trabalho, na saúde, na informação de emprego e na migração possibilitam a produtividade de valor das capacidades adquiridas do homem, em levarem ao desenvolvimento de medidas de mudanças na qualidade do trabalho que podem ser quantificadas. Além disso, quando passam a lidar com melhorias no fator qualidade, os trabalhos relativos ao capital humano são substancialmente mais adiantados aos que dizem respeito ao capital não-humano ”*⁸

Schultz segue o seguinte raciocínio quanto à questão da qualificação dos indivíduos: 1º) as pessoas se educam; 2º) a educação tem como principal efeito ampliar e transformar as habilidades e os conhecimentos das pessoas; 3º) quanto mais as pessoas estudam, mais ampliadas ficam suas habilidades e, teoricamente, maior é sua produtividade, 4º) e sendo maior a sua produtividade, isso permitirá que a pessoa possa garantir maior renda. Para o autor, o crescimento econômico depende de trabalhadores capacitados que possam produzir mais, gerar mais capital e dessa forma garantir o desenvolvimento social e econômico.

Schultz descreve da seguinte maneira o desenvolvimento no homem,

"o investimento no homem pode aumentar tanto suas satisfações quanto os serviços produtivos, que são a sua contribuição quando trabalha; e os serviços produtivos das máquinas e das estruturas podem, também ser aumentados desta maneira".

Para o autor, o investimento no capital humano é classificado da seguinte maneira; escolaridade e educação de nível mais alto, treinamento realizado no local de emprego, migração, saúde e informação econômica. Pode-se observar que para Schultz o investimento na educação gera capital humano, e este gera rendimento para aqueles que o possuem e assim gera ganhos futuros para toda a sociedade. Observa-se também que o investimento no capital humano, ou seja, na educação do homem, é o ponto crucial para dar início ao crescimento econômico de uma nação. Esses princípios podem ser considerados pilares das conferências até aqui analisadas, ou seja, as propostas realizadas nas conferências vão ao encontro do que Schultz descreve na Teoria do Capital Humano.

III - A Expansão das Matrículas.

Buscando, portanto, verificar como a expansão escolar tem-se materializado em MS será apresentado, a seguir, o desempenho com relação ao número de matrículas no Estado na década de 90.

Os dados apresentam o desempenho da expansão escolar considerando o número de matrículas no Estado de Mato Grosso do Sul e referem-se à Educação Básica e ao Ensino Superior nas redes públicas e privadas de ensino. A Educação Básica⁹ é subdividida ainda

⁸ SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 14.

⁹ É importante informar que como são definidos os níveis da educação segundo a LDB/96 promulgada em 20 de dezembro de 1996. Segundo a lei, a Educação Infantil de acordo com o artigo 29, "é a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade". O Ensino Fundamental, segundo o artigo 32, "com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública terá por objetivo a formação básica do indivíduo". O Ensino Médio, segundo artigo 35 "é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I) consolidação do ensino fundamental; II) preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando; III) aprimoramento do educando como pessoa humana; e IV) compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos".

em rede federal, rede estadual, rede municipal e rede particular e os dados são referente à ensino na zona urbana e na zona rural.

As tabelas 1, 2, 3 e 4, apresentadas a seguir, mostram o desempenho da expansão de matrículas na Educação básica no Estado de Mato Grosso do Sul na década de 90.

Tabela 1: Número de matrícula da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio na **Rede Federal de Ensino** na década de 90.

Modalidade/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ed. Infantil	201	249	189	51	26	31	35	0	0	0	0
Ens. Fundamental	1185	1549	1417	513	585	752	791	1289	511	577	550
Ens. Médio	0	0	0	0	0	70	141	262	326	401	443

Fonte: Secretaria Estadual de Educação/MS.

Na rede federal, de acordo com a Tabela 1, as matrículas na educação infantil decresceram até atingir zero. O atendimento ao ensino fundamental apresenta um movimento que oscila entre retração e expansão. Em relação ao ensino médio, que não era realizado pela rede federal até 1994, após esse ano aumentou em até quatro vezes mais no fim da década.

Essa diminuição no número de matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental pode ser explicada pelo fato de que a rede federal de ensino, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação, ter deixado de atender a modalidade de ensino Educação Infantil e também por causa da municipalização do Ensino Fundamental.

Tabela 2: Número de matrícula da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio na **Rede Estadual de Ensino** na década de 90.

Modalidade/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ed. Infantil	11101	11296	11691	11516	11693	11720	11689	13233	1699	2943	3234
Ens. Fundamental	244886	243874	249928	247068	239622	233287	233653	224596	233167	229454	221235
Ens. Médio	34016	35368	39662	45823	51210	52967	57055	60438	66655	72391	72802

Fonte: Secretaria Estadual de Educação/MS.

Após análise da Tabela 2 verifica-se que a rede estadual apresentou aumento no número de matrículas na Educação Infantil e no Ensino Médio. O Ensino Fundamental foi o que mais absorveu alunos, porém no final da década de 1990 esse número decresceu sendo que o crescimento pode ser mais identificado na Educação Infantil e no Ensino Médio que dobraram o número de matrículas.

Tabela 3: Número de matrícula da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio na **Rede Municipal de ensino** na década de 90.

Fonte: Secretaria Estadual de Educação/MS.

Modalidade/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ed. Infantil	11289	12258	13720	17028	19100	19837	21032	21800	24186	37930	41115
Ens. Fundamental	110621	114837	123102	140581	149259	148636	153083	168408	184063	190208	198676
Ens. Médio	1741	1949	3067	3724	3960	3485	3448	3465	2044	1214	311

Na rede municipal a Educação Infantil, conforme apresenta a Tabela 3, foi a que mais teve matrículas, onde as mesmas quadruplicaram. No Ensino Fundamental teve um aumento de 79% e no ensino médio teve um decréscimo de 82%. A expansão da Educação Infantil e do Ensino Fundamental pode ser explicada pelo fato de a Educação Infantil e Ensino Fundamental estarem sendo municipalizados. O Município, pelo artigo 11 da Lei

de Diretrizes e Bases da Educação¹⁰ “*incumbir-se-ão de [...] V- oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental,...*” Já a retração do Ensino Médio deve-se ao fato deste ser atribuição do Estado.

Tabela 4: Número de matrícula da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio na **Rede Particular de Ensino** na década de 90.

Modalidade/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ed. Infantil	12236	11872	10975	13506	13864	15988	16246	13347	12383	14209	15562
Ens. Fundamental	40768	43636	40380	43101	43282	47393	45694	46461	42135	39792	39298
Ens. Médio	11770	11795	10801	11813	12833	14475	14322	15591	15339	14994	15239

Fonte: Secretaria Estadual de Educação/MS.

Na rede particular todos os níveis apresentaram expansão. Observa-se na Tabela 4 que a Educação Infantil e o Ensino Médio foram os que mais apresentaram aumento. O Ensino Superior¹¹ também apresentou aumento no número de matrículas na década de 90.

As Tabelas 5, 6 e 7 apresentam dados que demonstram o desempenho do setor público e privado nos quatro níveis de ensino separadamente e de forma compacta respectivamente, entre de 1990 a 1999.

Tabela 5: Número de matrículas na Educação Básica e Ensino Superior, nas quatro redes de ensino (federal, estadual, municipal e particular), nas zonas urbana e rural, **ensino privado**, na série correspondente.

Ano/ Nível	1990	1991	1992	1993	1994	1996	1998	1999	2000
Ed. Infantil	12236	11872	10975	13506	13.864	16.246	12.383	14.209	15.562
Ens. Fundamental	40768	43636	40380	43101	43.282	45.694	42.135	39.792	39.298
Ens. Médio	11770	11795	10801	11813	12.833	14.322	15.339	14.994	15.239
Ens. Superior	-----	-----	-----	-----	12.707	17.773	22.179	26.198	-----

Fonte: Secretaria Estadual de Educação/MS.
Ministério da Educação e Cultura.

Tabela 6: Número de Matrículas da Educação Básica e Superior, nas quatro redes, no **ensino público**, na série correspondente.

Ano/Nível	1990	1991	1992	1993	1994	1996	1998	1999	2000
Ed. Infantil	22.591	23.803	25.600	28.595	30.819	32.756	25.885	40.873	44.349
Ens. Fundamental	356.692	360.260	374.447	388.162	389.466	387.527	417.741	420.239	420.951
Ens. Médio	35.757	37.317	42.729	49.547	55.170	60.644	69.025	74.006	73.556
Ens. Superior	-----	-----	-----	-----	7.271	7.750	11.746	11.775	-----

Fonte: Secretaria Estadual de Educação/MS.
Ministério da Educação e Cultura.

Tabela 7: Número de matrículas na **Educação Básica e Ensino Superior**, nas quatro redes de ensino (federal, estadual, municipal e particular), rural e urbana, na série histórica correspondente.

Ano/ N° de matrículas	1994	1996	1998	1999
ensino público	484.789	490.766	525.395	548.892
ensino privado	82.686	94.035	92.036	95.193

Fonte: Secretaria Estadual de Educação/MS.
Ministério da Educação e Cultura.

Em síntese, a partir dos dados apresentados até aqui pode-se constatar que de 1991 à 1999, tanto o ensino público como o ensino privado apresentou aumento no número de

¹⁰ Artigo 11 da Lei n° 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996.

¹¹ Os dados sobre o Censo do Ensino Superior foram retirados das “*Tendências do Ensino Superior*”, elaborado pelo MEC em 2000. A série histórica utilizada pelo MEC no Censo foram os anos de 1994, 1996, 1998 e 1999.

matrículas em todos os níveis de ensino, exceto no Ensino Fundamental na rede privada de ensino que sofreu uma pequena queda em 1999 e 2000. Porém é importante constatar que, de uma forma geral a clientela escolar foi ampliada, o que vai ao encontro do que é proposto pelas conferências quanto ao aumento na oferta de matrículas. Na rede particular foi onde observou-se um aumento maior na oferta de matrículas. Em todos os níveis verifica-se um aumento representativo no número de matrículas.

Comparando-se o ensino público e privado observa-se que tanto um como o outro apresenta aumento significativo na década de noventa. Observe na Tabela 7, onde encontram-se resumidas, as informações sobre a evolução do número de matrículas.

IV- A Saída da Escola para o Mercado de Trabalho.

Os dados anteriormente citados expressam o desempenho da oferta de matrículas no Estado de Mato Grosso do Sul que, de uma forma geral, apresenta uma performance favorável ao que está sendo exigido dos Estados e Municípios do país em relação à expansão escolar. Constata-se que os Estados têm atuado no sentido de atingir as metas propostas pelas Conferências Internacionais e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que orienta os Governos a trabalharem no sentido de expandir a oferta escolar.

Na rede Federal de ensino observa-se que o aumento deu-se apenas no Ensino Médio, pois, de acordo com a LDB/96, as escolas dessa rede deixaram de atender à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental pois tornaram-se responsabilidade dos Municípios. Hoje, portanto, as escolas Federais atendem apenas ao Ensino Médio. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental foram municipalizados como prevê a nova LDB/96.

Na rede Municipal, no entanto, ocorreu aumento tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. O aumento na Educação Infantil foi de aproximadamente 350% e no Ensino Fundamental foi de 80% de 1990 à 2000. Na rede Particular ocorreu aumento principalmente na Educação Infantil e no Ensino Médio sendo estes de 27% e 29% respectivamente.

O Ensino Superior foi o que apresentou maior expansão no número de matrículas sendo o seu percentual de 1990 à 2000 de 90%. De uma forma geral, tanto o ensino público como o privado apresentaram expansão na oferta de matrículas (13,22% e 15,12% respectivamente).

A condição de expansão de escolaridade está dada, o que de acordo com a teoria do capital humano, que prescreve a qualificação como uma forma eficaz de geração de emprego, garantiria a inserção no mercado de trabalho. Como já foi anteriormente citado, Schultz descreve que o indivíduo qualificado produz mais, podendo dessa forma aumentar sua renda. De acordo com essa teoria pode-se deduzir, portanto, que o aumento do desemprego, não só no Brasil, mas em todo mundo, deve-se ao fato de não ter havido uma preocupação maior com a qualificação profissional.

Faz-se necessário verificar, pelo menos de forma geral, em que medida os índices de emprego foram ou estão sendo impactados pela expansão escolar. Segundo Mattoso¹², o governo e seus economistas tentaram atribuir o desemprego à desqualificação dos desempregados. Ainda segundo Mattoso, no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, o país transformou-se em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empresas formais capazes de incorporar ao mercado de trabalho parcelas

¹² MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. Editora Fundação Perseu Abramo; São Paulo, SP. 1ª edição: 1996.

significativas da população. Nessa mesma linha Pochmann¹³ observa que o Brasil teve, no período de 1950 a 1980, um impulso à industrialização com taxa média anual de expansão da produção de quase 7%.

Nos anos 80 o desemprego urbano deu início à deterioração das condições de trabalho, ampliando a informalidade. Segundo Pochmann, partir de 1980, no entanto, o país passou a sofrer baixo dinamismo na produção que caiu para 2,1%. O país ingressou numa grave crise que regrediu sua participação na economia mundial, o indicador de industrial regrediu. Porém foram preservadas as estruturas industrial e produtiva fazendo com que o desemprego fosse relativamente baixo, pois o desemprego crescia com a retração das atividades produtivas, mas voltava a baixar quando a economia voltava a crescer ou se estabilizava, como durante a estagnação entre 1987 e 1989. Na década de noventa, no entanto, a situação agravou-se profundamente. Entre 1990 e 1998 os postos de trabalho qualificado reduziram em 12,3% enquanto que as ocupações não-qualificadas cresceram 14,2%. Diante da nova Divisão Internacional do Trabalho o Brasil tem experimentado uma situação de retrocesso.

Países desenvolvidos tentam buscar uma solução para resolver problemas que parecem não ter remédio de ação imediata;

" Na última metade da década de 90, em pleno limiar do século XXI, a situação não parece nada melhor. Ao contrário, a contínua deterioração das condições e relações de trabalho são hoje matéria de debates. As sucessivas reuniões dos países mais ricos (G7) vêm indicando a gravidade do problema, mas esses países têm-se mostrado incapazes de unificar diagnósticos e de buscar soluções conjuntas."¹⁴

A situação verificada por Mattoso é muito grave pois, além da concentração de renda elevaram-se ainda mais a pobreza e a miséria. As políticas sociais sofreram triplamente; primeiramente pela redução de recursos dos diversos ajustes fiscais que deteriorou tanto quantitativa quanto qualitativamente os serviços sociais básicos; segundo pela redução do uso de programas sociais extremamente focalizados, assistencialistas e clientelistas na relação com o público-alvo; e terceiro, porque essas mudanças vieram acompanhadas de propostas de reformas sociais de privatização favorecidas pela falência dos serviços público.

A geração de emprego sofreu desestruturação com o processo de retração das atividades produtivas como, de acordo com Pochmann¹⁵, estagnação da renda *per capita*, queda da participação relativa do produto industrial no PIB, baixas taxas de investimento e da expansão nas importações, principalmente dos bens de consumo, apoiado no endividamento externo podendo-se constatar o aprofundamento tanto nas formas tradicionais de exclusão social (subemprego, baixos rendimentos e informalidade) quanto das novas formas¹⁶ (desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das condições e relações de trabalho).

¹³ POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2001.

¹⁴ MATTOSO, Jorge. *Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho*. Economia & Trabalho - textos básicos. Campinas, SP. UNICAMP. IE. CESIT, 1998.

¹⁵ POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo, SP: Editora Contexto, 1999.

¹⁶ Segundo a metodologia do Dieese (Metodologia Básica da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)) entende-se por desemprego total o desemprego aberto mais o desemprego oculto pelo trabalho precário mais o desemprego oculto pelo desalento. Desemprego aberto é caracterizado quando as pessoas procuram trabalho nos trinta dias e não trabalharam nos sete dias anteriores à entrevista feita pelo Dieese. Desemprego oculto é caracterizado quando pessoas que, em simultâneo à procura de trabalho, realizaram algum trabalho

“Os efeitos combinados, a partir de 1990, de políticas recessivas, de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial abrupta, de taxas de juros elevadas e de apreciação cambial seriam responsáveis pela montagem de um cenário desfavorável ao comportamento geral do emprego nacional.”¹⁷

Iniciou-se, então, a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro que apresentou uma trajetória muito distinta da que foi nos anos 30 e 70. Nos anos 80 iniciou-se uma ruptura na tendência do funcionamento do mercado de trabalho que assumiu uma característica de tendência à redução do assalariamento com registro e de expansão do desemprego e de ocupações não-organizadas¹⁸. Outras características desse período foram, também, o desalariamento da PEA e a expansão das ocupações dos segmentos não-organizados, desemprego ocorrido paralelamente do abandono do projeto da industrialização nacional, adoção políticas macroeconômicas de reinserção internacional e enfraquecimento do estatuto do trabalho, sobretudo na regulamentação das ocupações não formais.

Observou-se, portanto, dois tipos de desemprego que vieram a acarretar problemas sociais muito mais graves durante a década de 90; o desemprego conjuntural que é aquele associado às flutuações no nível de atividade econômica que contém ou minimizam as atividades produtivas; e o desemprego estrutural que é originado pela inadequação da estrutura econômica que opera sem utilizar plenamente a força de trabalho disponível ocasionando, dessa forma, destruição de ocupações tradicionais no campo, a rápida mudança na base técnica, carência educacional, desregulamentação do mercado de trabalho, abertura econômica inadequada, entre outras características.

A tabela abaixo mostra o desempenho do desemprego da metade da década de 80 à década de 90

Tabela 9: Taxa de Desemprego, segundo Tipo de Desemprego Região Metropolitana de São Paulo 1985-2000 (em porcentagem).

Tipo de Desemprego	1985	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Taxa de Desemprego															
Total	12,2	9,5	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6	19,1
Aberto	7,6	7,0	6,5	7,4	7,9	9,2	8,6	8,9	9,0	10,0	10,3	11,7	12,0	11,0	12,1
Oculto	4,6	2,5	2,2	2,9	3,8	6,0	6,0	5,3	4,2	5,1	5,7	6,5	7,2	6,6	7,0

Fonte: SEP. Convênio SEADE - DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Na tabela acima é verificada a taxa de desemprego durante meados da década de 80 até a década de 90 na região da Grande São Paulo¹⁹ que representa a tendência de desemprego de todo o país. Essa tabela mostra que o desemprego total tende a diminuir no final da década de 80, como já havia sido previsto por Mattoso e Pochmann. Porém, como

tipo de atividade descontínua e irregular. E, desemprego oculto pelo desalento é caracterizado por pessoas que, desencorajadas pelas condições do mercado de trabalho ou por razões circunstanciais, interromperam a procura embora queiram trabalhar. www.dieese.gov.br

¹⁷ POCHMANN. **Op. Cit.** P. 85.

¹⁸ Segundo Pochmann, entende-se por ocupações não-organizadas as formas de ocupações mais heterogêneas, cuja organização não assume característica tipicamente capitalista, ou seja, peculiar das economias em estágio de subdesenvolvimento.

¹⁹ A taxa de desemprego da Região da Grande São Paulo é utilizada como metodologia da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese) por apresentar uma tendência em todo o Brasil. Os principais resultados da PED-RMSP são divulgados para a imprensa, em geral na terceira semana de cada mês, através de um informativo contendo as taxas de desemprego, os índices de ocupação e a evolução dos rendimentos do trabalho.

os próprios autores comentaram, o desemprego começou a elevar suas taxas na década de 90, e mesmo sofrendo algumas flutuações, o aumento das taxas foi duplicada no final no século XXI.

A década de 90 pode ser resumida por Pochmann da seguinte forma:

*" Os anos 90 confirmaram-se como segunda década perdida, marcada pelo crescente desemprego, pela contínua concentração da renda, pelo aumento do endividamento interno e externo e pela ausência de crescimento sustentado."*²⁰

Analisando a tabela 9, anteriormente citada, verifica-se um aumento tanto em relação ao desemprego aberto quanto ao desemprego oculto. Esse dado mostra a fragilidade da tese da qualificação para garantia de emprego.

Pochmann verifica que com o maior desemprego, os empresários terminam por privilegiar a contratação, sobretudo dos trabalhadores menos escolarizados, independentemente de haver mudanças no conteúdo do posto de trabalho

*" As ocupações profissionais que mais cresceram nos anos 90 concentram-se nas atividades econômicas de asseio e conservação, segurança pública e privada, construção civil, professores e funcionários públicos (atividades profissionais vinculadas ao setor de serviços básicos). As ocupações profissionais mais concorridas no Brasil durante os anos 90 não são aquelas que poderiam ser identificadas com as ocupações modernas (profissionais técnicos, técnicos superiores e direção). As atividades profissionais que mais recrutam trabalhadores não são aquelas associadas aos setores econômicos que poderiam ser objeto de mudança no conteúdo dos postos de trabalho e, por isso, estariam necessitando de trabalhadores mais qualificados."*²¹

Em síntese, Pochmann observa que o perfil das ofertas profissionais em alta no país não está necessariamente associado às exigências de maior qualificação profissional, em tese, as profissões associadas a uma maior exigência de qualificação profissional.

*" Ao contrário do que indica o censo comum, a taxa de desemprego tem sido mais expressiva para as pessoas com escolaridade entre 4 e 7 anos do que para os trabalhadores com menos de 1 ano de acesso à educação."*²²

Em uma entrevista, Pochmann observa que hoje os jovens estão prolongando sua vida escolar por falta de oportunidades de emprego. O autor verificou que o volume de jovens empregados nos últimos dez anos permaneceu estagnado, ou seja, tínhamos 16,9 milhões de jovens empregados em 1989 e, 1998, tínhamos 16,1 milhões. Esse número não cresceu ao mesmo tempo que 2,3 milhões de jovens ingressaram no mercado e encontraram um mercado de trabalho cujo número de empregos continuou o mesmo.²³

Alves²⁴ descreve que a situação de crise no Brasil é ainda pior do que se imagina. O autor aponta que a crise do movimento do capitalismo acentua ainda mais os índices de desemprego e miséria absoluta;

"[...] enganam-se aqueles que imaginam estar ocorrendo uma mudança substancial e progressiva na situação econômica do Brasil, em especial como consequência dos

²⁰ POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial: 2001. P.63.

²¹ POCHMANN. *Op. cit.* P. 63.

²² POCHMANN. *Op. cit.* P. 105

²³ *Desemprego e a grande ameaça ao jovem entre 15 e 24 anos*. Entrevista disponível no site <http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0027.asp> capturada em: 06/06/2002.

²⁴ ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da Escola Pública Contemporânea*. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1998.

efeitos gerados pelo Plano Real. O movimento do capitalismo se dá em escala planetária. Em qualquer lugar do universo, não há segurança de que se mantenham a estabilidade das moedas ou pequenas oscilações positivas nas taxas de emprego. O comportamento da economia não tem qualquer consistência no tempo, nem mesmo nas nações mais desenvolvidas do capitalismo."²⁵

O autor descreve ainda que os problemas sociais que assolam o país não dão possibilidades nem para que as famílias disponham de meios para sustentar os menos os custos indiretos da educação como transporte, material escolar, uniforme, etc., quanto mais dispor de recursos para estar em constante aprendizado para qualificação como prescreve a teoria do capital humano. Dessa forma as crianças são levadas à correr atrás de seu próprio sustento para assegurar a sobrevivência sua de seus pais.

Assim, acontece um fenômeno novo onde acentua-se o fenômeno das *crianças de rua*; os *adultos de rua*. O autor descreve que vistos nessa *miserabilidade*, crianças, homens e mulheres parecem não distantes do mergulho da humanidade na barbárie. Reconhece-se hoje que o crescimento do exército de reserva tem aumentado de forma generalizada. Alves diz que:

" Tem aumentado em tal intensidade que começa a produzir os seus excluídos. Isto é, há trabalhadores liberados da produção que já não podem cultivar qualquer esperança de a ela retornar. Mais preocupante, ainda, é a evidência de que, em especial nas regiões mais pobres do planeta, já temos países, como a Somália e Ruanda, povoados integralmente por excluídos."²⁶

O autor pretende não levar à conclusão de que não há saídas, mas afirmar que não há possibilidades de o capitalismo monopolista resolver suas contradições, não descartando contudo, a possibilidade de que, no interior do caos capitalista, haja alguma forma de germinação que negue a barbárie.

Dois fatos foram apresentados até aqui: primeiro, dados que comprovam a expansão escolar e segundo, dados que reiteram a crescente expulsão dos trabalhadores do mercado de trabalho. Esses dados contrariam a expectativa que poderia estar sendo levantada a partir das Conferências Internacionais, qual seja, qualificação do trabalhador para posterior incorporação no mercado de trabalho. Também contraria a tese da Teoria do Capital Humano

Como entender a expansão escolar? Reivindicamos, entretanto, que a expansão escolar, enquanto um fato histórico indiscutível, deva ser apreendida a partir do conjunto de relações sociais que a produz. Para tanto começemos com a interlocução com alguns autores que apresentam a crítica à Teoria do Capital Humano.

De acordo com Frigotto²⁷

"a educação no Brasil, particularmente nas décadas de 60 e 70 ...foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção- "capital humano" Asceticamente abstraída das relações de poder passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como fator econômico vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independente das relações de força e de classe, é capaz de operar o milagre da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações"

²⁵ ALVES. **Op. cit.** P. 168.

²⁶ ALVES. **Op. cit.** P. 171.

²⁷ FRIGOTTO, Gaudêncio, *Educação e crise do Capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.p18.

Saviani no prefácio da obra “*A produtividade da escola improdutiva*”²⁸ de Gaudêncio Frigotto, em 1984, faz uma retrospectiva das principais tendências que empreenderam a crítica à teoria do Capital Humano, citando as obras de Rossi²⁹ e Freitag³⁰ (década de 1970) e de Salm (década de 1980)³¹. Saviani afirma que Rossi e Freitag empreenderam a crítica à economia da educação sob a influência da tendência crítico-reprodutivista. Nesse sentido buscaram evidenciar que a subordinação da educação ao desenvolvimento econômico tornava-a funcional ao sistema capitalista. Já Salm buscou superar os limites da crítica reprodutivista pondo em evidência a improcedência da tese que liga mecanicamente a educação ao processo de desenvolvimento capitalista, no entanto justifica a existência dessa instituição para a formação da cidadania, o que de certa forma, expressa o ideal liberal.

Alves, em seu livro “*A produção da escola pública contemporânea*” elabora crítica a Rossi e Freitag argumentando contra a tese da necessidade do trabalhador de qualificar sua mão de obra. Declara Alves

” Mas, paradoxalmente, antagonizando-se com o movimento da produção capitalista, continuou sendo reclamada como necessária a escola especificamente voltada para a formação do trabalhador. Ainda hoje, até mesmo algumas obras influenciadas pelos estudos marxistas manifestam-se contaminadas por essa preocupação e têm gasto muita tinta no sentido de evidenciar como a escola, através da reprodução da força de trabalho ou da qualificação do trabalhador, é essencial para o aumento da produção da mais-valia relativa. Objetivamente, só podem ser taxados de equivocados, tanto os reclamos de uma escola que atenda demandas imediatas do trabalho como as elaborações teóricas que supõe a existência dessas demandas.” p.112

Fica posto por Alves que a demanda por qualificação é uma tese insustentável do ponto de vista da análise da organização do trabalho na sociedade capitalista. Para colocar mais em evidência o anacronismo da defesa dessa tese Alves afirma “... a qualificação profissional não é uma categoria de análise pertinente à sociedade capitalista” (ALVES, p.119).

Ao analisar a exigência de qualificação apresentada pelos empregadores Braverman³² afirma que “os empregadores tenderam a fazer exigências maiores aos candidatos a emprego, não devido a necessidade de instrução maior, mas simplesmente devido à disponibilidade enorme de formados em faculdade”, (BRAVERMAN, p.370).

Se tomarmos que a demanda por qualificação não é uma necessidade colocada para que a organização capitalista do trabalho se realize, resta-nos apreender no próprio movimento da sociedade que funções a escola poderia estar cumprindo. Nesse sentido Braverman afirma que

” não podemos desdenhar o impacto econômico imediato do sistema escolar ampliado. Não apenas o dilatamento do limite de escolaridade limita o aumento de desemprego reconhecido, como também fornece emprego para uma considerável massa de professores, administradores, trabalhadores em serviço etc “ p.372

²⁸ FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez & Editora Autores Associados, 1984. p.9.

²⁹ ROSSI, W. *Capitalismo e Educação*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.

³⁰ FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

³¹ SALM, Cláudio. *Escola e Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

³² BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. - A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro; Zahar Editora. 3ª ed., 1987.

Alves³³ ao analisar a produção da escola apresenta argumentos na mesma direção de Braverman, dando conta de novas funções da escola contemporânea. São crianças, jovens e “até os da melhor idade” ocupados em atividades escolares, função que passa a ser necessária quando o mercado de trabalho expulsa continuamente seus trabalhadores e quando um desempregado, como diz Forrester³⁴

“não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas a alguns setores : agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer empregos”.

Parece-nos que as contribuições de Braverman e Alves captam a produção da escola pública no movimento encetado pela sociedade capitalista no sentido de seu revigoramento nos momentos de crise. Eis a razão de ser da expansão escolar.

IV- Considerações Finais.

Este artigo teve como objetivo principal coletar dados referentes à matrículas nas redes pública e privada de ensino observando qual foi a performance da Educação Básica e Ensino Superior na década de 90, no Estado de Mato Grosso do Sul. Bem como sua atuação nos níveis de ensino Federal, Estadual, Municipal e Particular.

Os dados permitiram verificar que o Estado tem acompanhado o movimento prescrito pelos Organismos Internacionais no que se refere ao oferecimento de "Educação para Todos".

O discurso dos Organismos Internacionais foi identificado com os pressupostos da Teoria do Capital Humano. Apontou-se para o fato da reedição da Teoria do Capital Humano na medida em que os documentos vinculam educação como uma garantia de emprego para aqueles que estão se qualificando.

Os dados possibilitaram afirmar, primeiramente, que ocorre expansão das matrículas escolares e segundo, reiteram à crescente expulsão do trabalhador do mercado de trabalho através da análise do desemprego. Pochmann aponta que o aumento do desemprego aberto reflete justamente a incapacidade da economia brasileira de gerar expressivos postos de trabalho, não bastando o setor de serviços absorver uma parte do trabalhadores que anualmente são demitidos dos setores industrial e agropecuário. Dessa forma, o fato das ocupações estarem mais associadas às formas precárias de trabalho e também aos baixos rendimentos, os trabalhadores com menor escolaridade são os mais explorados. Para as pessoas com 8 anos de escolaridade, nota-se a taxa de desemprego 2,2 vezes superior a dos trabalhadores com baixíssima escolaridade. No ranking mundial, o Brasil assumiu em 1999 a terceira posição do desemprego, segundo dados do PNAD do IBGE, com 7,6 milhões de pessoas sem trabalho. Nessa época, o Brasil ficou atrás da Índia, Indonésia e Rússia.

Contrários à idéia de que a expansão escolar se dá pela necessidade de qualificação e inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, Braverman e Alves fortalecem a tese de que a expansão não possui vínculo com as exigências ocupacionais pois, para eles, os

³³ ALVES, Gilberto Luiz. A produção da Escola Pública Contemporânea. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1998.

³⁴ FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.p. 11

empregadores encontram nas pessoas com diplomas de escolas um dispositivo de seleção mesmo que a função não é complexificada ou exige níveis mais elevados de qualificação.

Os dados apresentados neste estudo apontam para o fato de que a expansão escolar ocorre para atender à necessidade de ocupar grande contingente desnecessário à produção e não como um diferencial de inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

V –Referência Bibliográfica

ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da Escola Pública Contemporânea*. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1998.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. - A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro; Zahar Editora. 3ª ed., 1987.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio, *Educação e crise do Capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996. p18.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez & Editora Autores Associados, 1984. p.9.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo. 1996.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *Transformações econômicas recentes no mundo do trabalho*. Campinas, SP. UNICAMP. IE. CESIT, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Conferência de Dakar*. Cúpula Mundial de Educação. Senegal. Abril de 2000; internet: www.inep.mec.gov.br.

_____. *Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos - Satisfação Das Necessidades Básicas De Aprendizagem*. Tailândia: Jomtien, 1990.

_____. *Declaração de Recife dos países do EFA-9*. Recife, Pernambuco; Brasil, Janeiro de 2000; internet: www.inep.mec.gov.br.

_____. *Educação Para Todos: A Conferência De Nova Delhi*. Mec: Brasília, 1994.

_____. *Plano Decenal De Educação Para Todos; 1993 - 2003*. Mec, Republica Federativa Do Brasil, Brasília.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo, SP. Editora Contexto, 1999.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2001.

ROSSI, W. *Capitalismo e Educação*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.

SALM, Cláudio. *Escola e Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1ª edição, 1973.